



2021

Ano base

2020

Balanço do Setor Público Nacional em foco

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcelo Pacheco dos Guarany

SECRETARIA ESPECIAL DA FAZENDA

Bruno Funchal

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Jeferson Luis Bittencourt

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOIRO NACIONAL

Rafael Cavalcanti de Araújo

SUBSECRETARIAS DO TESOIRO NACIONAL

Subsecretaria de Contabilidade Pública – Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Subsecretaria de Assuntos Corporativos – Paula Bicudo de Castro Magalhaes

Subsecretaria de Dívida Pública – Otavio Ladeira de Medeiros

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal – Pedro Jucá Maciel

Subsecretaria de Gestão Fiscal – Adriano Pereira de Paula

Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais – Pricilla Maria Santana

Subsecretaria de Riscos, Controles e Conformidade – Waldeir Machado da Silva

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Renato Perez Pucci

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Claudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

EQUIPE TÉCNICA

Alison de Oliveira Barcelos

Ana Karolina Almeida Dias

Bibian Rosane Borges

Bruno Orsi Teixeira

Cristina Quintão Vieira

Daniela Monteiro Rodrigues de Lima

Daniele Muniz de Oliveira Silva

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Dóris Neide de Area Leão Araújo

Eric Gonçalves

Fabio dos Santos Barbosa

Fernanda Souza da Silva

Francisca Jacqueline Modesto de Araújo

Gabriela Leopoldina Abreu

Gislaine Messias de Lima

Jeanne Vidal de Araújo

Leandro Moreira Souto

Liana Rodrigues Garay

Maria Cristina de Paoli Faria

Maria José Pereira Yamamoto

Melissa Aracema Justus

Paulo Henrique de Godoy Machado

Pedro Gomes Vasconcelos

Rafael Danilo de Sales Leal

Arte

Viviane Barros e Hugo Pullen

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

Telefone: (61) 3412-1843

Correio eletrônico ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 28 de junho de 2021.

BALANÇO DO SETOR PÚBLICO NACIONAL

EXERCÍCIO DE 2020

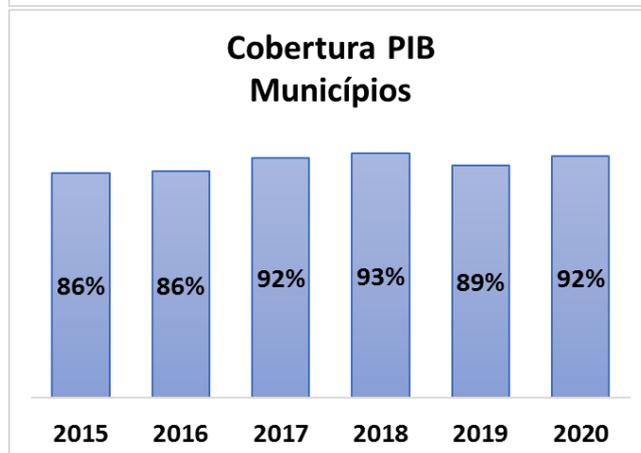
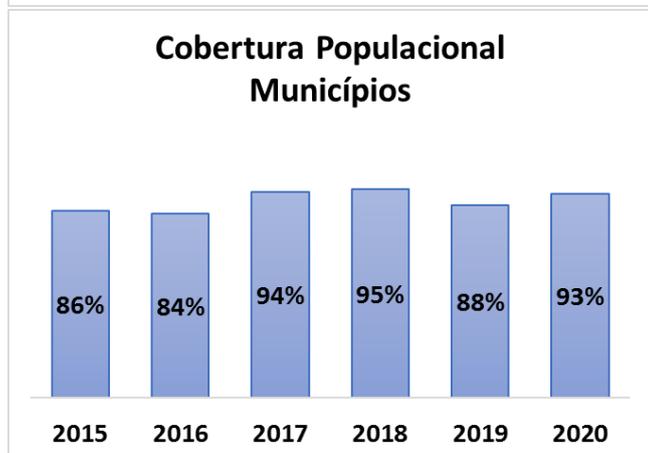
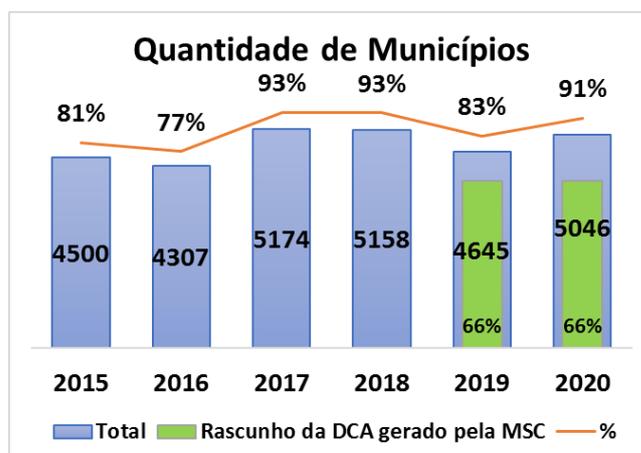
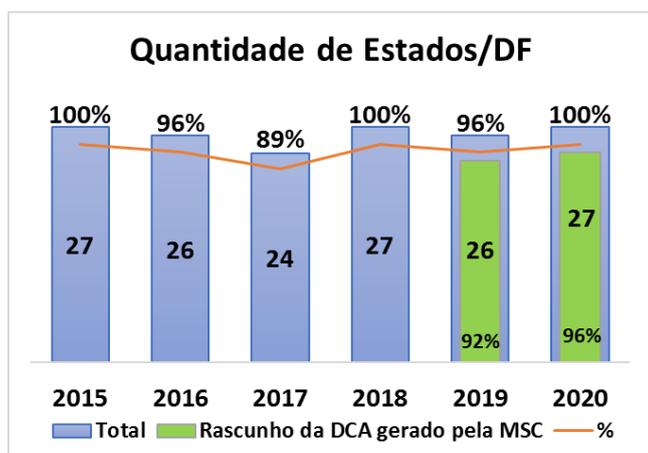
30 de junho de 2021

O Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) é uma publicação anual que apresenta as contas consolidadas da Federação Brasileira, conforme previsto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF). Congrega as contas de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, e contempla as esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Os dados apresentados referem-se ao exercício de 2020 e contemplam 5.046 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União, que encaminharam suas contas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) até o dia 03 de junho de 2021.

Evolução da Abrangência da Consolidação

Ao longo do tempo, a quantidade de entes que compuseram a consolidação aumentou consideravelmente e, desde 2017, alcançou patamares muito relevantes, aproximando-se cada vez mais da totalidade dos entes da federação brasileira. Em 2019, comparado aos anos anteriores, houve uma pequena queda na quantidade de municípios consolidados em virtude da pandemia de COVID-19. Já em 2020, a quantidade de entes na consolidação voltou a crescer e alcançar patamares pré-pandemia. Quando levados em consideração a cobertura populacional e do PIB dos municípios, verifica-se que os dados de 2020 representam uma parcela muito significativa dos municípios brasileiros.

Desde 2019, está disponível no Siconfi a geração automática do rascunho da Declaração de Contas Anuais (DCA) por meio do processamento da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de encerramento que foi enviada pelos entes. Este procedimento traz um ganho de produtividade e de qualidade da informação muito importantes.



Principais Informações

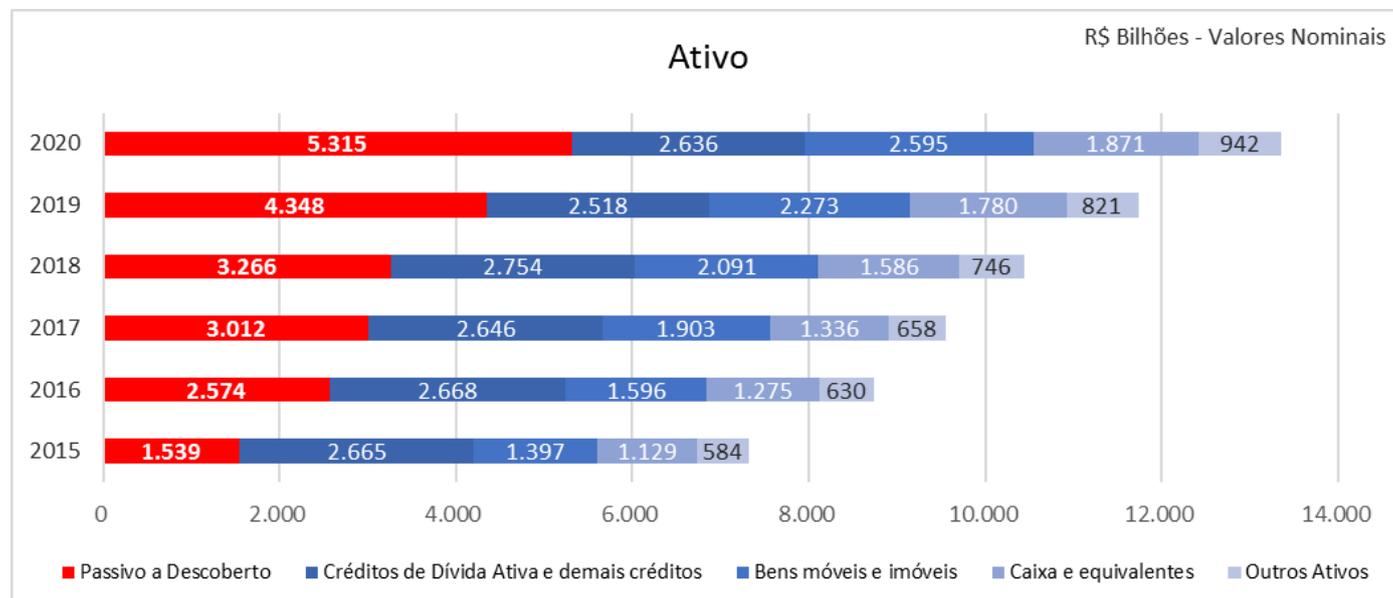
Estes são alguns números macro que são apresentados ao longo do BSPN:

Valores Patrimoniais Consolidados		Valores Orçamentários Totais
Ativo Total: R\$ 8.044 bilhões	Receitas por Competência: R\$ 5.718 bilhões	Receitas Orçamentárias: R\$ 5.398 bilhões
Passivo Total: R\$ 13.359 bilhões	Despesas por Competência: R\$ 6.093 bilhões	Despesas Orçamentárias: R\$ 5.386 bilhões
Passivo a Descoberto: R\$ -5.315 bilhões	Déficit do Período: R\$ - 375 bilhões	Superávit Orçamentário: R\$ 12 bilhões

Ativos e Passivos - BP

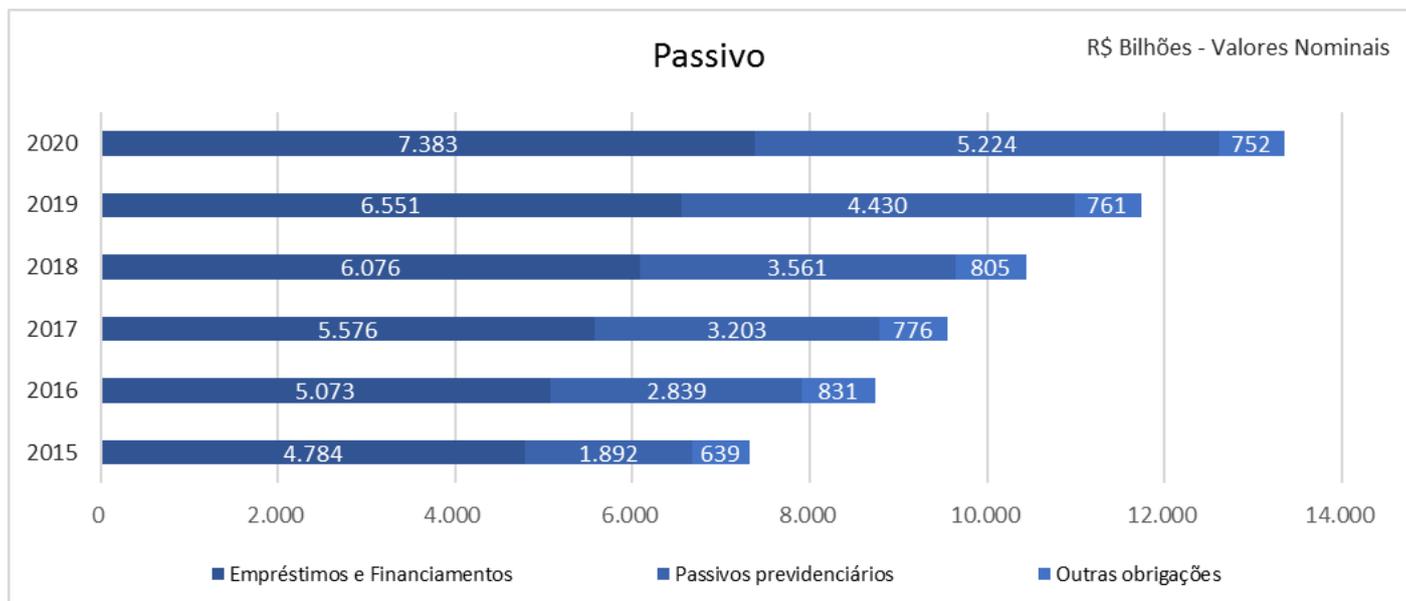
O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública em determinada data por meio de contas representativas do patrimônio público. O BSPN apresenta valores consolidados. Ou seja, encontra-se deduzido das transações recíprocas entre os entes consolidados.

A contabilidade aplicada ao setor público passa por um momento de transição e, por consequência, a consolidação das contas públicas também. Parte dos procedimentos para reconhecimento e mensuração dos bens, direitos e obrigações ainda não é obrigatória para todos os entes da Federação. Os prazos-limites para a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais foram estabelecidos pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015 e variam de 2015 a 2024. A adoção desses procedimentos traz reflexos nas demonstrações contábeis e podem explicar grandes variações ao longo desse período.



O **Ativo Total** representa a soma de bens e direitos. Neste exercício, o saldo teve um aumento de 8,8% para R\$ 8.044 bilhões (R\$ 7.393 bilhões em 2019). O valor consolidado é composto da seguinte forma:

- R\$ 2.636 bilhões em Créditos de Dívida Ativa, tributária e não tributária, e demais créditos;
- R\$ 2.595 bilhões em bens móveis, p.ex.: veículos, e bens imóveis, p. ex.: terrenos, prédios e ativos de infraestrutura;
- R\$ 1.871 bilhões em caixa e equivalentes, abrangendo recursos da conta única dos Tesouros e outros depósitos bancários;
- R\$ 942 bilhões em participações em estatais e outros ativos.



O **Passivo Total** representa a soma das obrigações presentes. Neste exercício, o saldo teve um aumento de 13,8% para R\$ 13.359 bilhões (R\$ 11.741 bilhões em 2019). O valor consolidado é composto da seguinte forma:

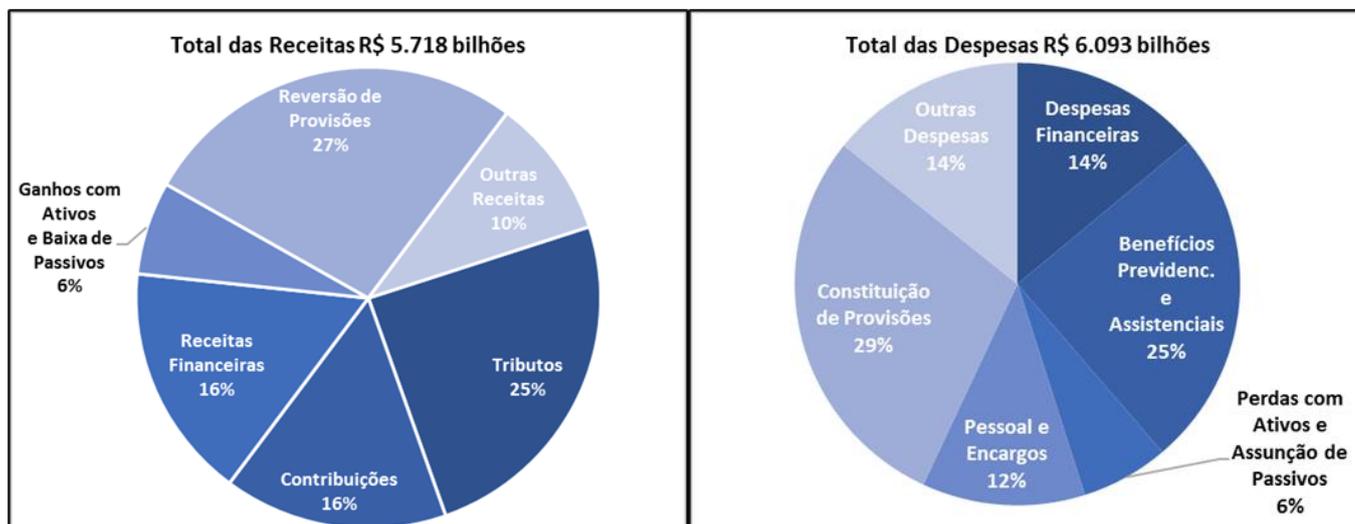
- R\$ 7.383 bilhões em financiamentos na forma de dívida pública mobiliária e contratual;
- R\$ 5.224 bilhões em passivos relacionados aos regimes previdenciários;
- R\$ 752 bilhões em outras obrigações.

O **Patrimônio Líquido** é o valor residual dos ativos dos entes públicos depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo negativo de R\$ 5.315 bilhões é denominado **Passivo a Descoberto**. Nesse montante estão incluídos também o resultado do período e os ajustes da exclusão de saldos de transações recíprocas entre os entes da Federação.

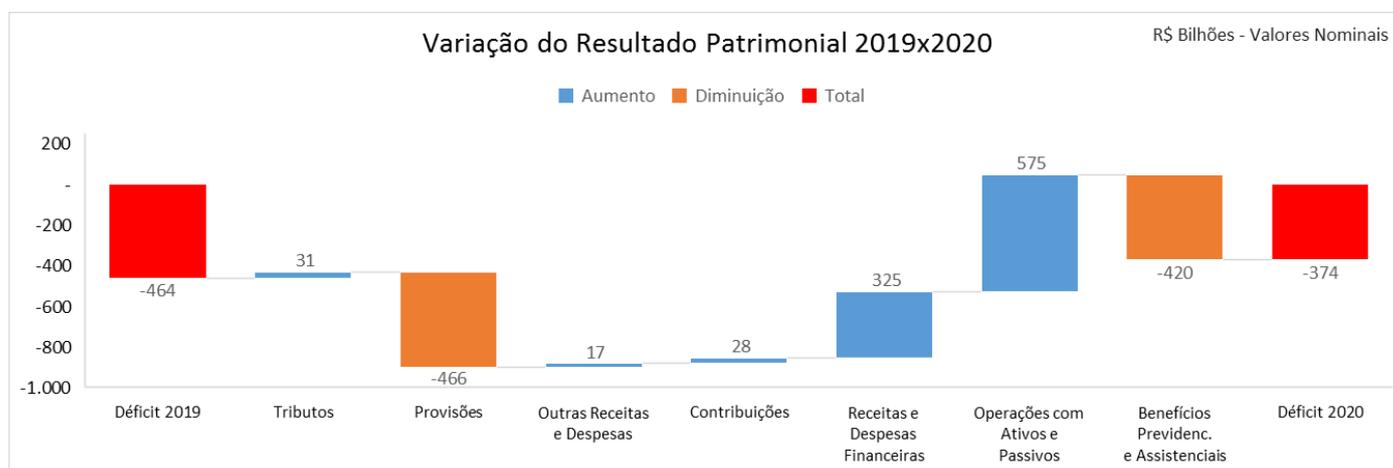
Alinhando-se aos países que apresentam as melhores práticas em contabilidade pública como o Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá, a inversão do Patrimônio Líquido no BSPN reflete a principal atividade das entidades públicas: a prestação de serviços públicos à população (*service oriented*), ao contrário do que seria esperado em uma empresa, a qual visa principalmente o lucro (*profit oriented*). É natural que os Governos apresentem esse panorama contábil quando assumem compromissos que visem à sustentabilidade de políticas públicas, cuja capacidade para cumpri-los depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

Receitas e Despesas por competência - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve evidenciar todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil, bem como o resultado patrimonial do exercício. Receitas e despesas por competência são reconhecidas no período e que ocorre o fato gerador respectivo (e não necessariamente quando houver entrada ou saída de caixa, ou ainda, autorização orçamentária).



As receitas por competência do Governo e das entidades do Setor Público são oriundas em grande parte de tributos e contribuições e são aplicadas em despesas financeiras e benefícios previdenciários e assistenciais. O déficit patrimonial consolidado deste exercício, representado pela diferença entre as receitas e despesas por competência, de R\$ 374 bilhões, foi menor que o déficit registrado no exercício de 2019, R\$ 464 bilhões.



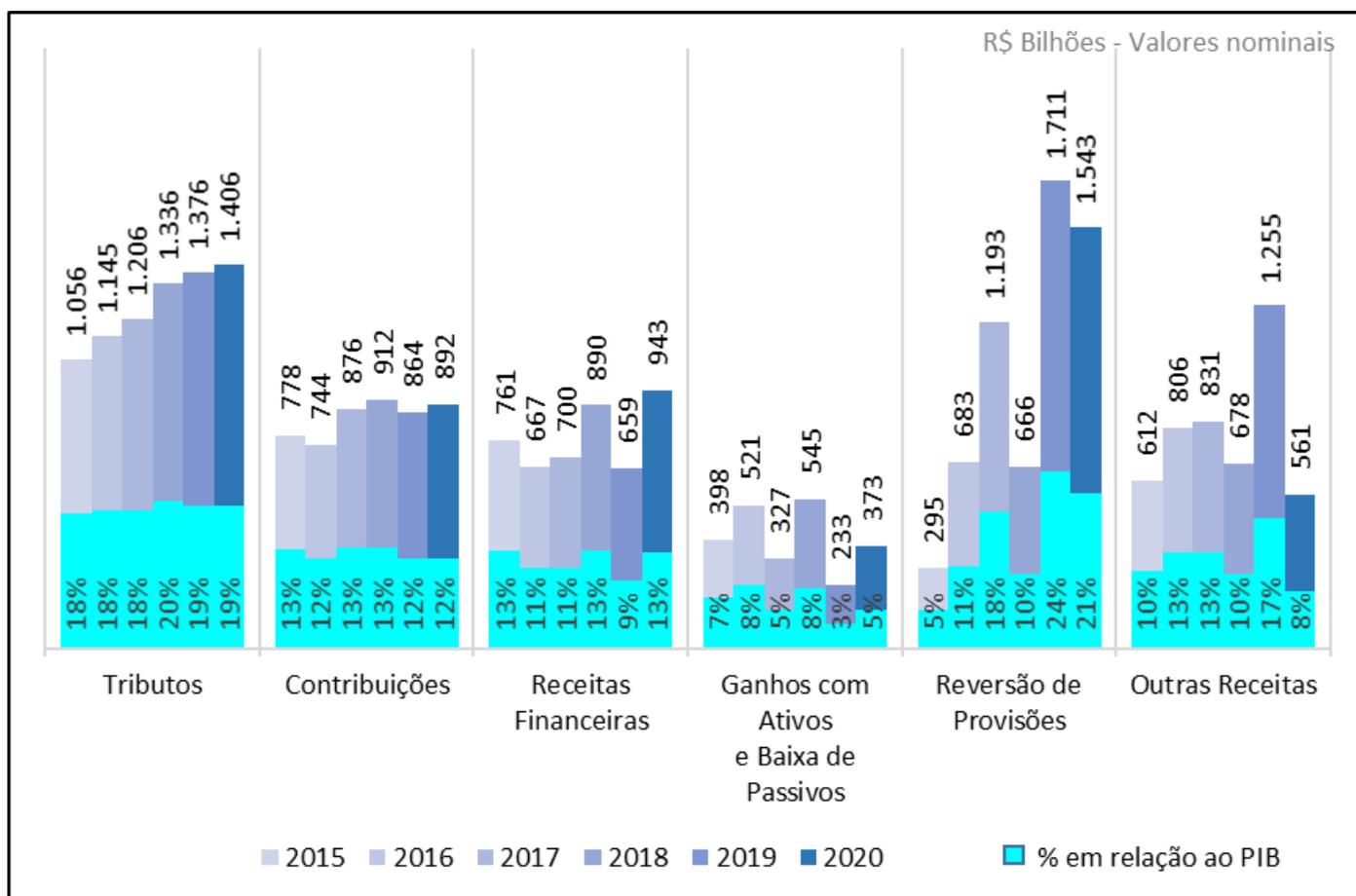
Como pode ser observado no gráfico, o déficit patrimonial consolidado diminuiu em 2020. Isso se deu principalmente devido a um aumento nos valores de operações com ativos e passivos, tais como: incorporação de ativos, desincorporação de passivos e reavaliações de ativos etc.; e a um aumento no valor líquido entre receitas e despesas financeiras, notadamente em razão do aumento das receitas financeiras auferidas. A redução do déficit só não foi mais significativa, principalmente, devido ao aumento expressivo e benefícios previdenciários e assistenciais, além de um aumento na constituição de provisões.

Destaques das Receitas e das Despesas por competência

Receitas por competência

Composição das Receitas por Competência:

- Tributos – abrangem impostos, taxas e contribuições de melhorias.
- Contribuições – abrangem contribuições sociais, econômicas, de iluminação pública e outras.
- Receitas financeiras – são compostas de juros e encargos de empréstimos concedidos, variações monetárias e outras.
- Ganhos com ativos e Baixa de passivos – compreendem reavaliação de ativos, ganhos com alienação, cancelamento de restos a pagar e outros.
- Reversão de Provisões – compreendem os ajustes positivos da atualização de provisões e perdas de créditos.
- Outras Receitas – são receitas não incluídas nos grupos anteriores.



As receitas por competência foram 5.718 bilhões em 2020. Esse valor representa uma redução de 6,2% em relação a 2019. Em grande parte, essa redução refere-se a uma redução na rubrica “Outras Receitas” que diminuiu R\$ 694 bilhões quando comparadas ao ano anterior. Grande parte dessa redução de “Outras Receitas” ocorreu principalmente, devido a um valor de 539 bilhões informado pelo estado de Goiás como “Outras transferências e delegações recebidas”. Segundo o Balanço Geral do Estado, esse valor referiu-se a reflexos de uma reforma administrativa promovida pelo estado.

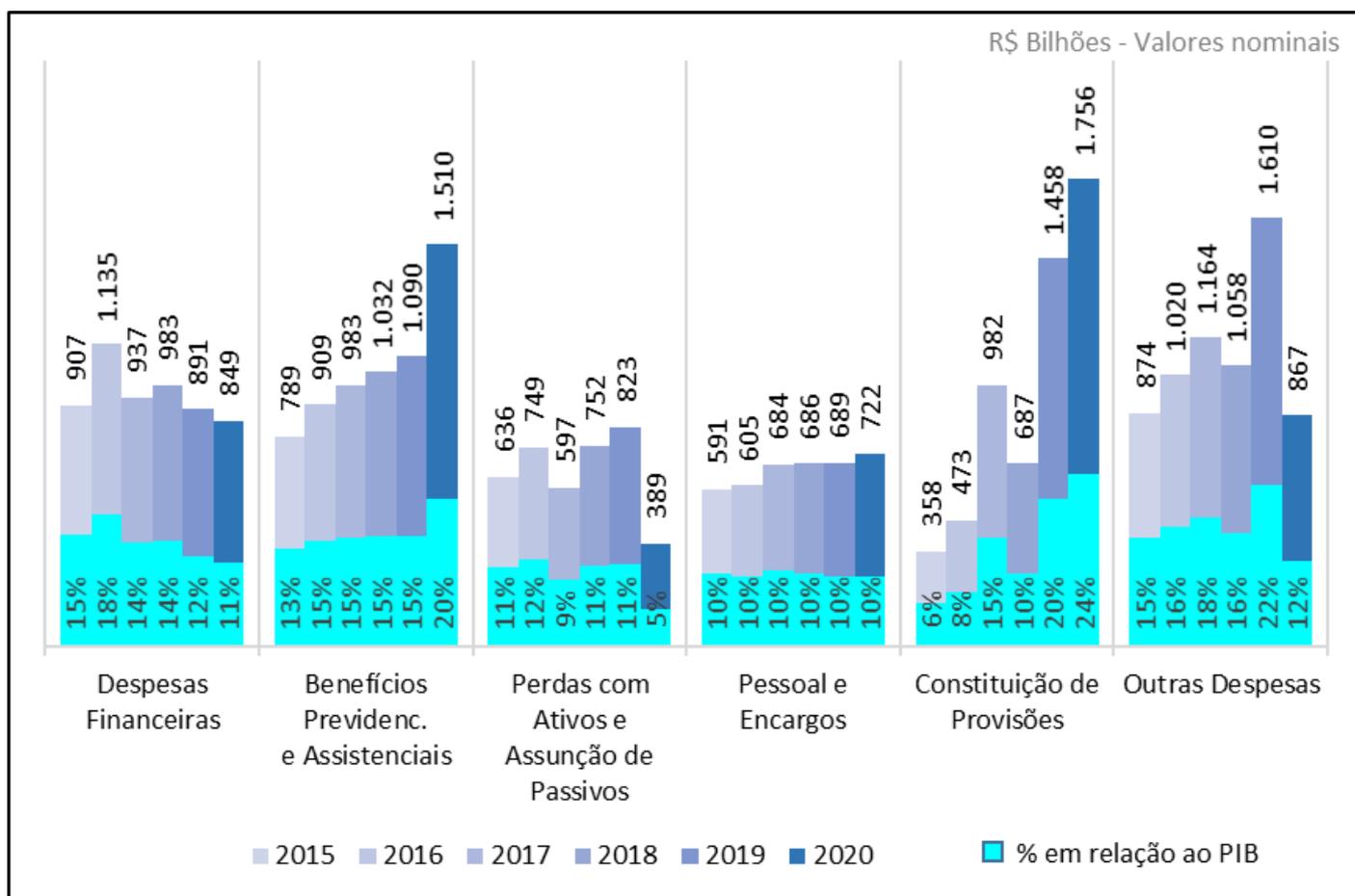
Muito relevante foi também o aumento das receitas financeiras: R\$ 283 bilhões. Esta variação ocorreu principalmente devido a um aumento da rubrica “Aportes do Banco Central” na União. Segundo o Balanço Geral da União (BGU), esse aumento ocorreu devido ao resultado positivo do BCB e de resultado positivo de custo das reservas.¹

¹ BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Balanço Geral da União – Demonstrações Contábeis Consolidadas da União, 2020*, p. 206.

Despesas por competência

Composição das Despesas por Competência:

- Despesas Financeiras – são compostas de juros e encargos de empréstimos obtidos, variações monetárias e outras.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais – abrangem aposentadorias, pensões, transferências de renda e outras.
- Perdas com ativos e Assunção de passivos – compreendem baixas de ativos, perdas com alienação, assunção de obrigações, entre outras.
- Pessoal e Encargos – abrangem remunerações, encargos patronais, auxílios e benefícios relacionados ao trabalho (exceto aqueles de natureza previdenciária ou assistencial).
- Reversão de Provisões – compreendem os ajustes negativos da atualização de provisões e perdas de créditos.
- Outras Despesas – são despesas não incluídas nos grupos anteriores.



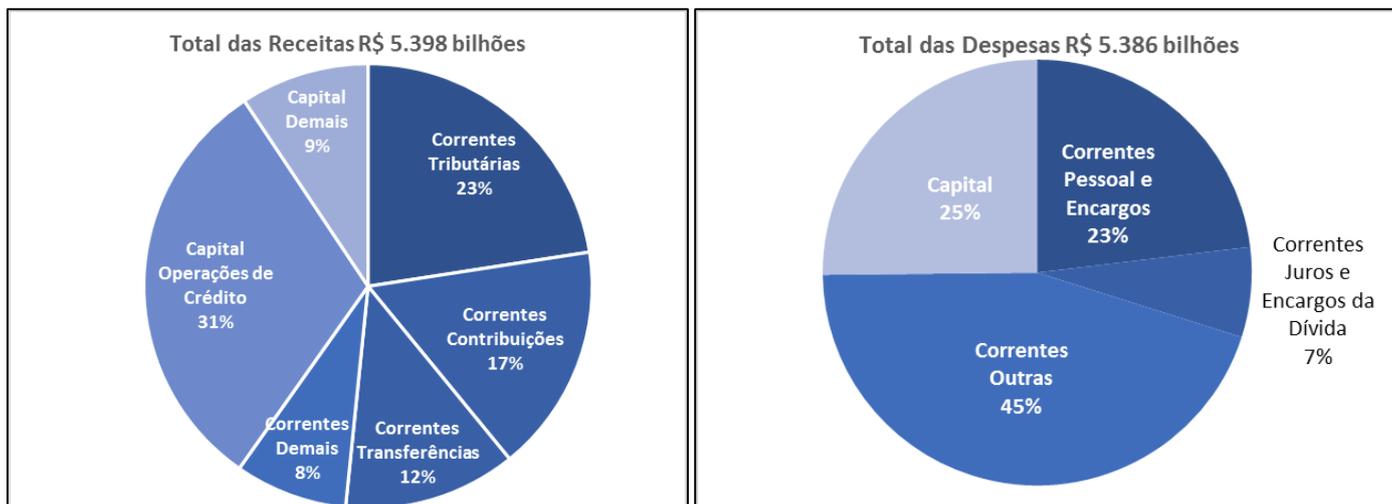
As despesas por competência foram 6.093 bilhões em 2020. Esse valor representa uma redução de 7,1% (R\$ 469 bilhões) em relação a 2019. Em grande parte, essa redução refere-se a um aumento na rubrica “Outras Despesas”, na ordem de R\$ 743 bilhões. Essa redução foi verificada devido, principalmente, a um valor de 539 bilhões informado pelo estado de Goiás em “Outras transferências e delegações concedidas” no exercício de 2019. Segundo o Balanço Geral do Estado, esse valor refere-se a reflexos de uma reforma administrativa promovida pelo estado.

Além disso, a rubrica “Perdas com Ativos e Assunção de Passivos” apresentou uma redução de R\$ 434 bilhões vindos tanto da União (R\$ 207 bilhões) e dos Estados (R\$ 220 bilhões).

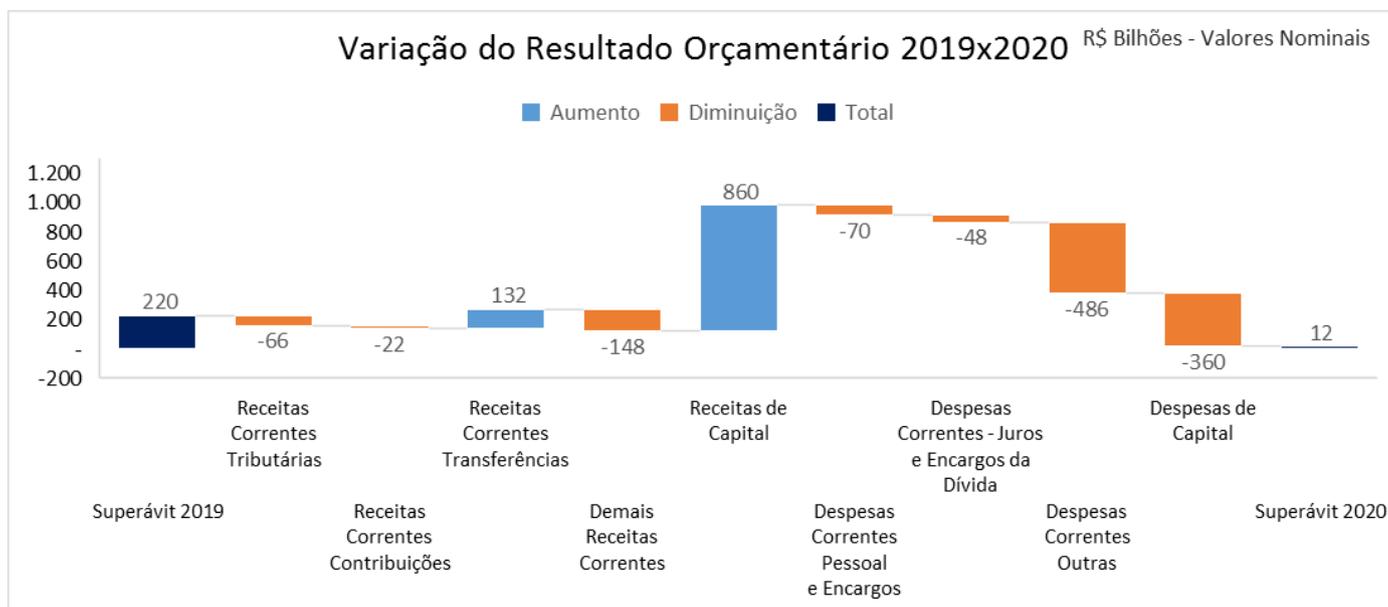
Por fim, é importante destacar o aumento de R\$ 420 bilhões de “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” ocorrido principalmente devido às ações de emergenciais de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas e despesas orçamentárias representam os valores conforme disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ou seja, são as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício financeiro e são diretamente relacionadas ao orçamento. Como as receitas e despesas por competência levam em consideração as variações patrimoniais, independentes da execução orçamentária, é natural que os valores sejam diferentes caso sejam comparados os dois conceitos.



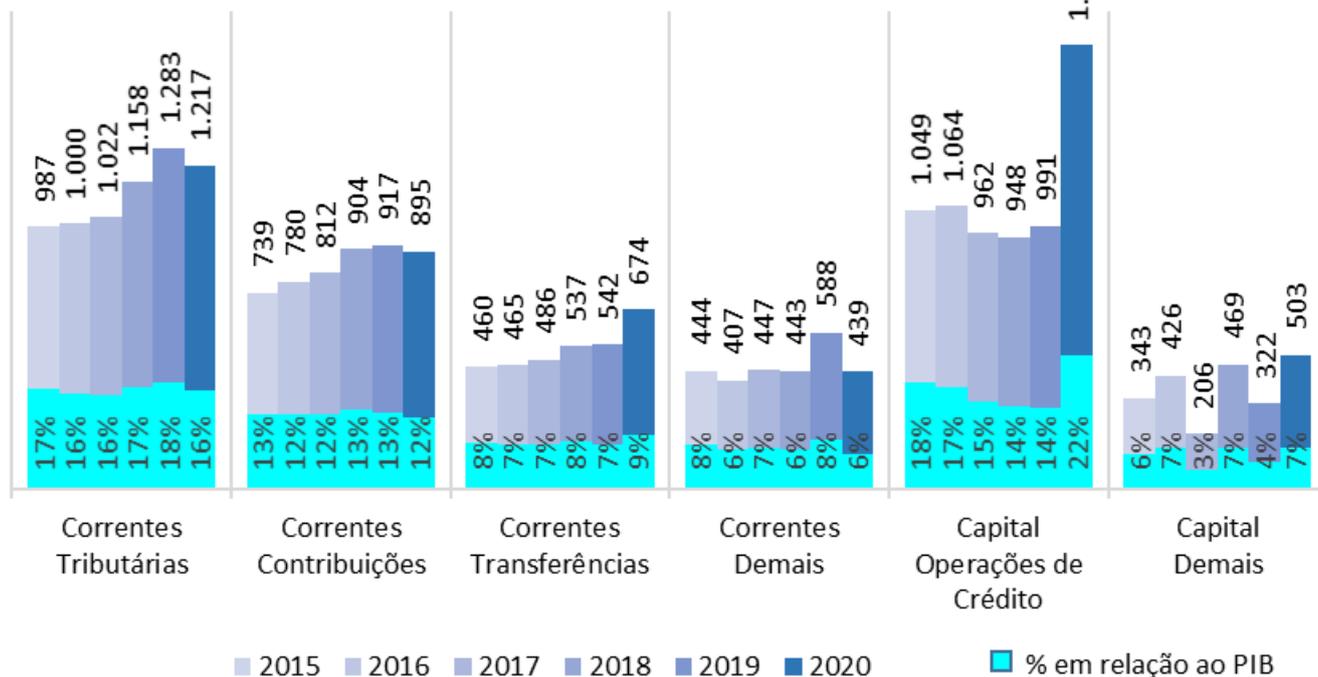
O superávit orçamentário deste exercício, representado pela diferença entre as receitas e despesas orçamentárias, de R\$ 12 bilhões, foi menor que o superávit registrado no exercício de 2019, R\$ 220 bilhões.



O resultado orçamentário em 2020 apresentou uma redução devido a um aumento geral das despesas orçamentárias, além de uma leve redução de “Demais Receitas Correntes”. Esse aumento das despesas foi parcialmente compensado por um aumento considerável nas “Receitas de Capital”.

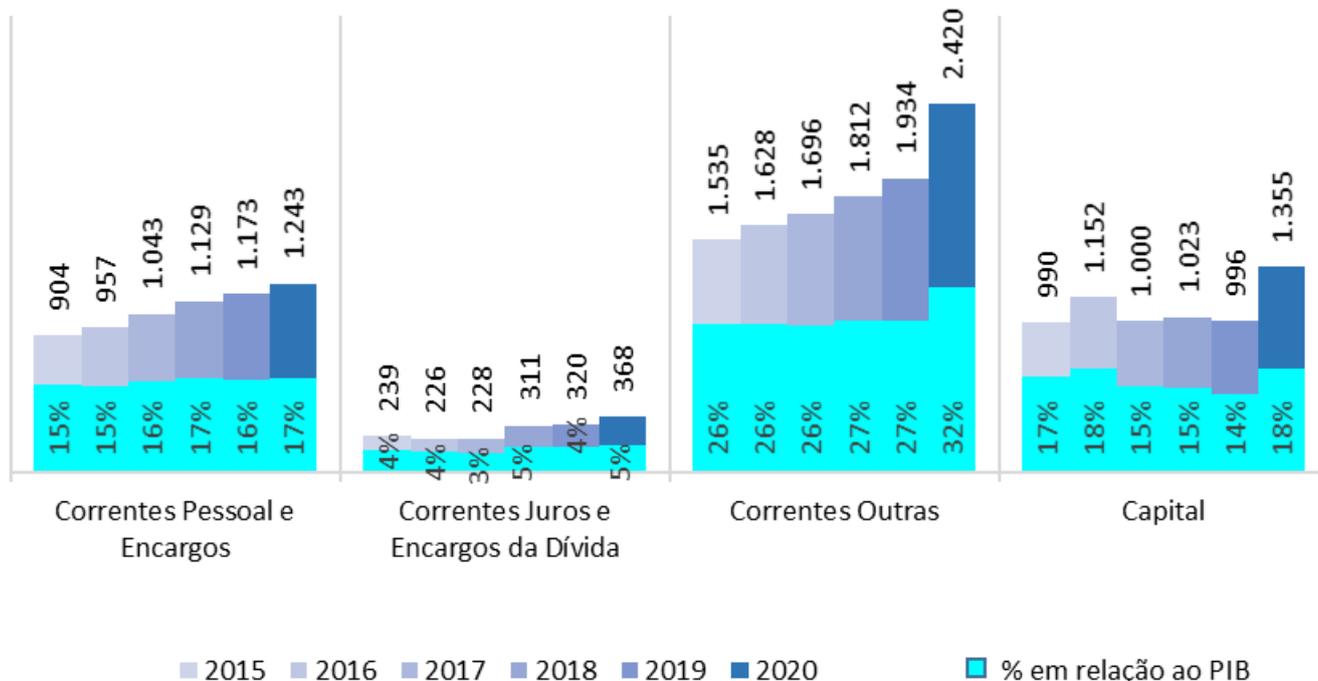
R\$ Bilhões - Valores nominais

Receitas Orçamentárias Comparativo por ano



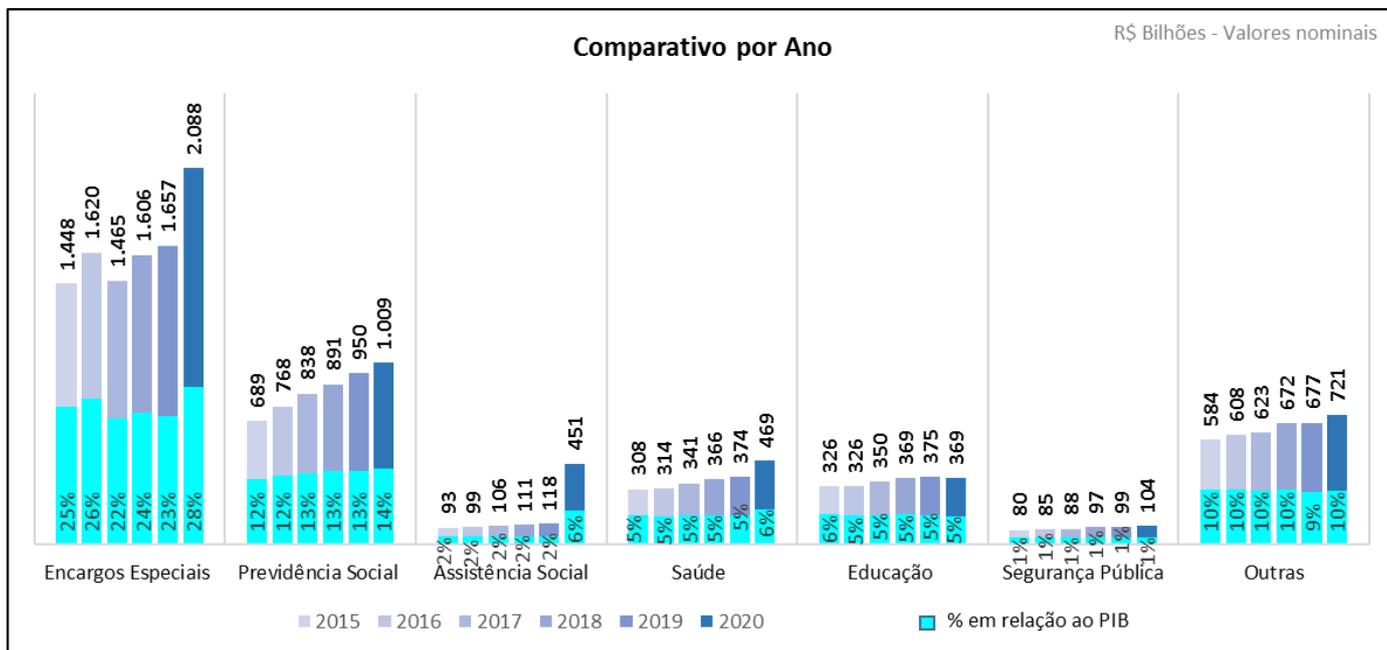
Despesas Orçamentárias Comparativo por ano

R\$ Bilhões



Despesas Orçamentárias por Função

O Demonstrativo das Despesas por Função tem como propósito possibilitar o estudo da alocação dos recursos públicos, com base nas áreas de atuação presentes na classificação funcional estabelecida pela Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e, assim, fornecer subsídios para a análise de sua adequação ou necessidade de revisão.



O maior valor encontra-se na função “Encargos Especiais” (40,1% do total de 2020), que contempla, dentre outros, a amortização e o refinanciamento da dívida. Ressalva-se que parte desses encargos representa refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de amortizações da dívida (principal) por meio da emissão de novos títulos públicos. Houve um aumento de 26,2% nessa função: R\$ 431 bilhões.

Outra função que merece destaque é a “Previdência Social” (19,4% do total de 2020), que vem crescendo ano após ano. Em 2020, o acréscimo foi de 6,2%, ou R\$ 59 bilhões. A função “Assistências Social” também apresentou um aumento considerável, de 281% ou R\$ 333 bilhões devido às ações de emergenciais de enfrentamento da pandemia de Covid-19.

A função “Outras” também demonstrada no gráfico contempla, na verdade, diversas funções que, individualmente apresentam valores relativamente baixos em relação ao total de despesas.